



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS  
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676  
Fone/Fax: (16) 3351-8121 CEP: 13565-905 – São Carlos/SP  
E-mail: coace@ufscar.br

1  
2 **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
3 **CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS**  
4

5 **Data:** 14 de dezembro de 2017.

6 **Horário:** 14h

7 **Local:** Anfiteatro da Reitoria

8 **Presidência:** PROF. DR. LEONARDO ANTÔNIO DE ANDRADE

9 **Membros:** Conforme assinaturas na lista de presença

10 **Secretária:** LUANA DOMINGUES PEREIRA

11 Aos quatorze dias de dezembro de dois mil e dezessete, às 14 horas, no Anfiteatro da Reitoria  
12 realizou-se a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis -  
13 CoACE da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - ProACE, presidida pelo Pró-  
14 Reitor Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade juntamente à Pró-Reitora Adjunta Francly Mary  
15 Alves Back. O presidente iniciou a reunião saudando todos os presentes e procedeu com os  
16 Informes da Presidência. Ponto 1.1.1 - Apresentação dos gastos da ProACE em 2017: Prof.  
17 Leonardo colocou que houve uma complementação massiva da verba do PNAES para o Programa  
18 de Assistência Estudantil para o Restaurante Universitário e passou a fala ao Pró-Reitor de  
19 Administração Prof. Marcio que fez uma apresentação geral dos gastos da Universidade e dos  
20 trâmites relacionados ao dinheiro, focando nos gastos relacionados à ProACE. Prof. Marcio  
21 esclareceu que os dados foram retirados do sistema SIAF, um sistema federal que todos os órgãos  
22 federais públicos usam para registrar e autorizar pagamentos. Esclareceu ainda que havia outro  
23 sistema que se chamava Tesouro Gerencial que pega os dados do SIAF e produz relatórios que  
24 refletem o que a Universidade fez e contém todos os dados oficiais. Prof. Marcio explicou que os  
25 fornecedores possuem o empenho como uma forma de garantia de recebimento do dinheiro para  
26 que o serviço seja realizado e que após esse empenho a empresa faz a nota que a Universidade  
27 liquida no sistema e isso fica automaticamente esperando que o governo faça o débito na conta do  
28 prestador do serviço. Explicou que isso acontece também com as bolsas e que quando ocorreu um  
29 risco de atraso das mesmas foi devido à não liberação do dinheiro por parte do governo, mas que a  
30 Universidade já havia feito o empenho do dinheiro e a liquidação com os nomes dos alunos que  
31 iriam receber as bolsas. Explicou ainda que o empenhado será sempre maior ou igual que o  
32 liquidado e maior que o pago. Prof. Marcio disse que em sua apresentação os dados estavam brutos  
33 por estarem divididos em grupos de despesas. Para as bolsas PNAES Lagoa do Sino foi empenhado  
34 R\$1.000.120,00. No código do governo "Viver sem Limites" da ProACE foi empenhado  
35 R\$6.000.300,00, mas só havia sido liquidado R\$5.000.300,00, pois já estavam reservando dinheiro  
36 para o próximo ano. No grupo "serviços de terceiros pessoa física" que correspondiam a casas  
37 alugadas possivelmente de pessoas físicas, o valor era de R\$149.000,00 e pequenos valores de  
38 tributos, e de serviço de locação de pessoas jurídicas, R\$114.000,00. Explicou que com relação aos  
39 códigos, RCN correspondia à São Carlos, SRN é Araras e SON é Sorocaba. Disse que em relação  
40 aos gastos com gás não soube dividir exatamente e que pegou apenas alguns contratos de gás que

41 estavam todos em uma alínea e que dava o valor de R\$221.000,00 e que isso correspondia a  
42 contratos para moradias de Sorocaba, RU de São Carlos, Departamento de Esportes e moradia de  
43 São Carlos. Em relação à alimentação o valor de R\$2.446.000,00 era referente ao contrato da  
44 empresa que cozinha no RU de São Carlos e na UAC. Já os valores referentes ao fornecimento de  
45 alimentação, referia-se a empresa responsável por fazer as refeições nos demais campi, sendo os  
46 valores: Sorocaba R\$1.378.000,00 + R\$82.000,00; Araras R\$870.000,00 + R\$149.000,00; Lagoa do  
47 Sino R\$264.000,00 + R\$712.000,00. No RU do campus de São Carlos há uma empresa que realiza  
48 o preparo das refeições, uma empresa que realiza a limpeza, além da compra de gêneros  
49 alimentícios, este último equivalente ao valor de R\$2.411.000,00. Prof. Marcio apresentou então um  
50 resumo desses valores por área: Bolsas R\$7.561.000,00; Aluguel de Moradias R\$439.000,00;  
51 Restaurante Universitário dos quatro campi R\$ 8.590.000,00, totalizando R\$16.592.000,00 de  
52 gastos. Prof. Marcio informou que o PNAES de 2017 foi R\$9.000.000,00 de custeio (energia  
53 elétrica, pagamento de empresas, gêneros alimentícios, etc.) e R\$1.000.000,00 de investimento  
54 (obras ou equipamentos), que veio contingenciado, e que a diferença foi paga pela universidade  
55 com dinheiro que seria destinado para outros fins. Expôs que os Restaurantes arrecadam cerca de  
56 R\$ 1.800.000,00, que serve para amortizar uma parte dos gastos. Ressaltou que o valor gasto foi  
57 muito próximo ao valor destinado à ProACE no ano de 2016 e que isso mostrava o esforço da  
58 gestão de se reduzir os gastos com alguns contratos. Prof. Leonardo disse que era importante  
59 ressaltar que os gastos estavam próximo dos de 2016, mas que em 2017 houve um aumento do  
60 público, tanto dentro do PAE, quanto do Restaurante Universitário e que pensar que estavam  
61 próximo do orçamento de um ano para o outro significava que houve uma contenção para poder  
62 chegar a esse número. O discente William questionou se os dados seriam disponibilizados para a  
63 comunidade de forma mais fácil de entender. Prof. Marcio disse que não só os dados da ProACE,  
64 mas de toda a Universidade seriam disponibilizados no início do ano, na forma de um balanço geral  
65 da condição da Universidade. Profa. Débora disse que não entendia absolutamente nada de finanças,  
66 mas que havia entendido que o empenho equivale a uma previsão orçamentária feita considerando  
67 um eventual aumento de despesas que pode ocorrer, equivalente a um gasto contínuo. E questionou  
68 para onde é que vai a diferença entre o empenho e aquilo que foi efetivamente gasto, tendo em vista  
69 o déficit orçamentário que a Universidade possui e a necessidade de que o valor que é destinado  
70 seja remanejado para que as contas sejam pagas. Prof. Marcio disse que a Universidade não recebe  
71 todo recurso para empenhar em janeiro, o valor que vem equivale à 1/12 avos do orçamento, no  
72 caso desse ano, 1/18 avos. Sendo assim, vai se empenhando aos poucos, num valor aproximado,  
73 pois alguns contratos já se sabe quanto será, caso seja feito um empenho em agosto, por exemplo,  
74 esse valor pode ser remanejado até o mês de novembro, a partir de dezembro só se pode utilizar o  
75 valor restante para arcar contrato com a empresa a qual havia o valor empenhado, o que muitas  
76 vezes é utilizado, como o caso da CPFL, que é um gasto contínuo. O cuidado que precisa ser  
77 tomado é de não deixar empenho naquilo que não será utilizado no ano seguinte, pois nesse caso  
78 perde-se o dinheiro que fica preso no Tesouro Nacional. Internamente é feito esse remanejamento  
79 de empenho, porque o dinheiro que cada unidade possui não vem na forma de empenho, e sim de  
80 orçamento, então se um departamento possui um valor de orçamento e não usa no fim do ano esse  
81 valor é recolhido e destinado para outros fins dentro da Universidade. Sra. Sandra Navascues  
82 colocou que de modo geral os contratos ainda não estavam disponíveis na página e que em muitos  
83 casos gostaria de entender melhor os dados informados e questionou se havia uma perspectiva para  
84 2018 serem disponibilizados os contratos para que as pessoas pudessem entendê-los melhor. Prof.  
85 Marcio disse que havia servidores trabalhando com a disponibilização dos contratos na página, mas  
86 que era uma questão de ferramenta de acesso e explicou que a ProAd estava em uma fase final de  
87 um software para gestão de contratos com a digitalização dos mesmos e que nesse momento no  
88 mínimo estavam em condição de a qualquer momento quando solicitado disponibilizar a cópia dos  
89 contratos. Sra. Sandra ressaltou que pela lei de acesso a informação esses contratos teriam que estar  
90 disponíveis. Prof. Marcio respondeu que havia uma série de coisas para prover e que como o  
91 discente William havia pontuado de talvez deixar o documento um pouco mais digerível, já que  
92 existem várias formas de sonegar informação e que um delas era deixar os documentos disponíveis

93 com um nível altamente técnico, mas que para isso não bastava o esforço de deixar o documento  
94 mais apresentável, mas também de estruturar essa fonte para colocar a informação e que essa era a  
95 fase que a ProAd estava terminando. Prof. Leonardo ressaltou que o que o Prof. Marcio havia  
96 apresentado era um panorama geral, mas que existiam alguns gastos que estavam pulverizados e  
97 que não constavam na apresentação, por exemplo, gêneros alimentícios da UAC, material de  
98 consumo da UAC, DeAS, DeEsp, e que tinha uma prévia desses gastos que estavam atualizados até  
99 o mês de novembro e que dava uma diferença de cerca de 200 mil, uma diferença relativamente  
100 pequena que quando o orçamento estivesse publicitado já estaria constando. Disse que considerava  
101 importante em relação ao compromisso que a gestão havia assumido de mostrar no conselho o  
102 volume grande que estava sendo movido dentro da Pró-Reitoria e finalizou agradecendo o Prof.  
103 Marcio pela apresentação. O discente William questionou como a administração estava se  
104 comportando em relação ao déficit que houve no PNAES. Disse ainda que cobraram o MEC  
105 alegando que o PNAES estava insuficiente e que viu que foi feito esforços dentro do  
106 FONAPRACE, mas que gostaria de saber como a UFSCar estava se comportando em relação a isso.  
107 Prof. Marcio disse que a nível federal a UFSCar estava trabalhando junto com a ANDIFES, que era  
108 a forma de ter mais força para fazer gestão, junto com todas as Universidades Federais e que esse  
109 tem sido um trabalho exaustivamente feito e que o quanto se tem de chance para obter resultado  
110 para 2018 não se sabe até ser votada a LOA no congresso, pois hoje existe a PLOA que é um  
111 projeto de lei que precisa ser votada para se tornar lei orçamentaria de fato. Disse que a  
112 universidade sozinha faz seus esforços, mas que é preciso ser realista de que a UFSCar não  
113 conseguirá subir o PNAES só dela, independente disso registrou que internamente estava sendo  
114 feito esforços como no ano de 2017, pois não foi só o PNAES que sofreu déficit, e que em 2017 foi  
115 transformado dez milhões que seriam para investimentos, para manter determinadas contas de  
116 custeio e que em 2018 isso não iria acontecer, que não estavam condenados a fechar porque em  
117 determinadas coisas já havia tido uma redução de despesas para ter um folego e em 2018 teriam  
118 ainda contas que iriam diminuir sem ter um prejuízo muito grande para a Universidade. Disse que  
119 são esses esforços de reduções que permite que haja dinheiro para complementar o PNAES e que  
120 não haveria outra possibilidade porque o governo não disponibiliza dinheiro a mais. Prof. Leonardo  
121 disse que era importante colocar que já havia sido conversado com a ProAd no sentido de  
122 estabelecer um planejamento para 2018, que a PLOA se transformaria em lei no fim do ano e quem  
123 sabe no primeiro CoACE já pudesse colocar no planejamento, mas que a priori a preocupação da  
124 Pró-Reitoria era em relação ao Programa de Assistência Estudantil, e que já haviam sido feitos  
125 estudos em conjunto com a ProAd e que tinham uma perspectiva de uma complementação do  
126 PNAES dentro de quatro milhões para poder garantir o PAE no ano de 2018. Ponto 1.3-  
127 Metodologia de Análise Socioeconômica para ingresso no PAE. Prof. Leonardo solicitou a  
128 Assistente Social Sra. Cristiane Cinat que apresentasse a metodologia desenvolvida e colocou que  
129 essa nova metodologia foi criada para atender o que os alunos colocaram no CoACE, pontuou que  
130 havia uma régua direta de um corte de renda que era de setecentos e vinte e quatro reais, contudo, o  
131 PNAES estabelece um salário e meio mínimo de teto, pensando nisso foi feito um grande estudo  
132 para que fosse criada uma nova metodologia, na qual foi colocada toda a base dos que entraram em  
133 2017 para comprovar, sendo o resultado muito satisfatório. Sra. Cristiane Cinat contextualizou que  
134 essa nova metodologia era fruto de um trabalho realizado durante todo o ano de 2017 pela equipe  
135 técnica do serviço social dos quatro campi com o fim de propor algumas questões, reconhecendo  
136 que essa era uma exigência da comunidade universitária e que quem operacionaliza essa ferramenta  
137 estava dia a dia em contato com os limites que a metodologia ainda vigente estava apresentando.  
138 Disse que o que iria apresentar era uma ideia dos trabalhos realizados, os quais possuem dados que  
139 ficariam disponíveis, tendo o cuidado com a identificação, tendo em vista que foi utilizado o banco  
140 de dados de bolsistas. Disse ainda que a metodologia estava como informe, mas que o edital entraria  
141 como ponto de pauta já com as adequações baseadas nessa nova metodologia. Sra. Cristiane  
142 salientou que era importante partir do ponto de que a avaliação socioeconômica era um instrumento  
143 técnico e que a mesma já possuía alguns preceitos para ser executada e que como instrumento  
144 técnico visava alcançar a realidade dos usuários, sua compreensão e intervenção sob a ótica da

145 equidade e da justiça social para segurar o acesso a bens e serviços relativos aos programas e  
146 políticas sociais, e que então na configuração de programas e políticas que existem no Brasil a  
147 avaliação é esse instrumento técnico que operacionaliza o acesso a esses serviços que são oferecidos  
148 no campo público. Sra. Cristiane explicou que se trata de um instrumento para verificar o perfil  
149 socioeconômico de estudantes que pleiteiam o acesso ao Programa e Assistência Estudantil. Para  
150 ingressar no Programa e ter acesso as bolsas os estudantes passam por um processo seletivo que é a  
151 avaliação socioeconômica, para que se chegue a um laudo, em relação aos critérios que são tidos e  
152 as exigências estabelecidas. A metodologia é uma competência privativa dentro da profissão, sendo  
153 assim, não é qualquer profissão que pode operacionalizar um estudo socioeconômico, para tanto é  
154 necessário que o profissional tenha a formação e o registro no conselho de classe para que o  
155 exercício seja legítimo e legal. No contexto nacional se tem a execução fiscal de manutenção dessas  
156 bolsas assistenciais que é o Decreto PNAES e que estabelece como o público estudantes de  
157 graduação oriundos de escola pública com renda familiar per capita de até um salário mínimo e  
158 meio. Essa legislação maior e mais ampla recorta esse público, e na UFSCar o Programa estabelece  
159 em consonância com o decreto como público atendido estudantes de primeira graduação que  
160 comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica. Então como uma previsão geral é esse o  
161 critério que o programa tem, mas aí fica o questionamento do que seria essa vulnerabilidade  
162 socioeconômica. Sra. Cristiane leu a definição de vulnerabilidade socioeconômica que a política  
163 nacional de assistência social traz, considerada para a execução desse programa, que diz “Famílias e  
164 indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade.  
165 Ciclos de vida e identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual. Desvantagem  
166 pessoal resultante de deficiência. Exclusão pela pobreza ou no acesso as demais políticas públicas.  
167 Uso de substâncias psicoativas de diferentes formas. De violência advinda do núcleo familiar,  
168 grupos e indivíduos. Inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal.  
169 Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal ou  
170 social.” Complementou dizendo que a vulnerabilidade socioeconômica na verdade é um fenômeno  
171 multifacetário, sendo assim, essas questões que interferem na sobrevivência, na manutenção do  
172 núcleo familiar de um indivíduo e todo esse acesso aos serviços não podem ser determinadas por  
173 uma única questão, então é através desse princípio que fez avançar um pouco no que a Universidade  
174 espera no atendimento de estudantes quando ela coloca no seu Programa de Permanência que o  
175 público alvo são estudantes que enfrentam situações assim. Sra. Cristiane colocou que tinham a  
176 operacionalização do que seria essa vulnerabilidade através dos editais de ingresso. Foi utilizado  
177 como referência o último edital que foi o 01/2017, que regimentou o ingresso no Programa de  
178 Assistência Estudantil e que chegou a ser discutido no CoACE a questão dos indeferimentos e a  
179 discussão em relação ao acesso ou não a esses atendimentos. No edital é colocado que a situação de  
180 vulnerabilidade socioeconômica é comprovada através da renda per capita de até R\$ 724,00. O  
181 candidato acessava o edital, preparava a documentação exigida, tomava ciência dos procedimentos  
182 e protocolos adotados para o processo seletivo, além dos prazos. Passando por todo esse  
183 procedimento e comprovado com a documentação que a renda familiar per capita era de até R\$  
184 724,00, se entendia que esse estudante se encontrava em situação de vulnerabilidade  
185 socioeconômica. Dentro desse movimento de entender que a vulnerabilidade é mais que uma  
186 questão de renda e que outros fatores podem interferir, houve então um exercício profissional que  
187 balizou o trabalho, entendendo-se que só a renda não conseguia estender toda a complexidade que  
188 se tem a definição de vulnerabilidade socioeconômica. Sra. Cristiane expôs então algumas  
189 justificativas que foram usadas para nortear o trabalho para o novo edital, como o esforço do  
190 FONAPRACE que é uma discussão nacional sobre a permanência na qual resgatam uma trajetória  
191 longa sobre a proposta de parâmetros mínimos e comuns para a realização das análises  
192 socioeconômicas, avançando nessa direção de que apenas a renda não é suficiente para alcançar  
193 essa complexidade, propondo-se indicadores que seriam outros fatores possíveis de serem  
194 mensurados, qualificados e comprovados, e que sua associação traria um retrato melhor na vivência  
195 de se solicitar o acesso ao Programa. Outra justificativa é o conhecimento de que outras  
196 universidades já alcançaram um pouco em relação à análise mais abrangente com outros

197 indicadores de vulnerabilidade e o exercício profissional das assistentes sociais que coloca  
198 cotidianamente o conhecimento de situações complexas frente essa determinação de um único  
199 indicador. Além da necessidade de considerar indicadores que avaliem a organização do grupo  
200 familiar, condições de acesso à bens e serviços públicos, de inserção no mercado de trabalho e  
201 vivências determinadas por questão de doença ou deficiência, porque isso chega enquanto  
202 informação, ainda que seja operacionalizada só a renda não sendo consideradas essas informações  
203 no fechamento dos laudos. Por fim a potencialidade de sistematização dos dados de perfil discente  
204 nessa nova metodologia em relação a doenças, deficiência, condições de moradia, acesso à  
205 educação e à serviços públicos de saúde. Sra. Cristiane explicou que para a realização dessa  
206 proposta houveram reuniões sistemáticas com toda a equipe de assistência social e outros atores em  
207 um primeiro momento para a realização de estudos e posteriormente para a elaboração de um  
208 projeto. Em relação aos quatro indicadores a serem apresentados considerou importante  
209 contextualizar o porquê houve a opção por esses indicadores específicos. Os quatro indicadores são  
210 de clara e objetiva relação com as situações relacionadas as vivências que envolvem riscos de  
211 vulnerabilidade pessoais ou sociais, são comprovados por documentação podendo estar esses dados  
212 disponíveis para auditoria e controle não ficando em um campo interpretativo, estão contemplados  
213 na proposta do FONAPRACE, além de estarem muito presentes nas avaliações que já são  
214 realizadas, apesar de não poderem ser utilizados no contexto atual. Os quatro indicadores são: renda  
215 per capita, pois na atual configuração da sociedade é através da renda que se acessa a bens e  
216 serviços; status ocupacional do(a) principal mantenedor(a) do estudante; situação habitacional e  
217 situações agravantes de vulnerabilidade saúde e deficiência, nesse último indicador foi destacado  
218 que no edital passado havia dedução relacionada a saúde, mas que estava vinculado apenas a  
219 questão de gastos e agora como situação agravante permitia olhar para além dos gastos e entender  
220 que ela pode ter impacto maior a uma pessoa no núcleo familiar, o que permite entender melhor a  
221 relação desse núcleo e ampliar o benefício. Em relação a renda per capita, Sra. Cristiane explicou  
222 que era considerada a renda bruta devido à existência de uma Portaria Normativa do MEC que  
223 estabelece no âmbito das Universidades Federais os procedimentos da análise para cálculo de renda  
224 para as políticas afirmativas (cotas, ingressos SISU), buscando tornar o processo equânime para  
225 todo mundo que competir. Em relação à Portaria também chamou a atenção para o conceito de  
226 família que não é o conceito de família restrito ao vínculo sanguíneo, mas o reconhecimento do  
227 compromisso e da responsabilidade que um agrupamento por laços afetivos e/ou de parentesco tem  
228 na manutenção desse próprio núcleo. Em relação ao status ocupacional que foi preciso bastante  
229 estudo, pois o FONAPRACE usa esse indicador, mas associado à outras questões mais complexas,  
230 pontuando que pensando nos limites do serviço foi proposto usar referências que já tem no Brasil  
231 como o código brasileiro de ocupações e status ocupacional do IBGE. Sra. Cristiane ressaltou a  
232 importância de se considerar esse indicador, pois por meio desse acesso ao mercado de trabalho  
233 mede-se o risco, quem tem a garantia de um trabalho registrado tem menos risco que alguém que  
234 depende do mercado informal para conseguir renda. Por fim, registrou que a avaliação  
235 socioeconômica é uma ferramenta técnica de classificação que operacionaliza as leituras das  
236 documentações que chegam e das situações que são apresentadas, sendo assim a classificação se vai  
237 gerar o atendimento ou não ela não está na ferramenta de avaliação, o atendimento está em um  
238 campo político onde o Programa estabelece os critérios, a dotação orçamentária estabelece os  
239 limites de atendimento e onde a própria comunidade se debruça e estabelece as prioridades ou não,  
240 a avaliação consegue ir até a classificação, o assistente social não nega o acesso, ele apenas faz um  
241 laudo que indique se essa pessoa está dentro de alguns critérios e o que define esses critérios são os  
242 espaços de discussão, como o CoACE. Sra. Cristiane colocou que inclusive existe uma comissão  
243 para reforma do Programa, que estava parada naquele momento, que havia recebido um documento  
244 dos estudantes fazendo alguns apontamentos quanto ao Programa, estando esse hoje refletindo um  
245 outro tempo, precisando posteriormente ser debatido novamente. Com relação à proposta para a  
246 operacionalização da ferramenta o objetivo seria através da documentação, indicar, considerando os  
247 níveis de vulnerabilidade, a questão do acesso à renda, saúde, habitação, de que forma essa  
248 condição familiar é apresentada, se ela estaria em um nível de alto risco de vulnerabilidade,

249 intermediário, ou de riscos minimizados. No exercício realizado esses níveis teriam um peso dentro  
250 da avaliação, ficando da seguinte forma: Renda Per Capita - 70% de valor dentro dessa relação;  
251 Status Ocupacional do mantenedor do estudante - 12%; Condição de Moradia - 10% e Situações  
252 agravantes de saúde e/ou deficiência - 8%. Após essa estruturação da proposta dois exercícios  
253 foram realizados pela equipe, em um primeiro momento pegaram todos os candidatos do processo  
254 seletivo de 2017 no banco de bolsistas e toda sua documentação e realizaram a aplicação dessas  
255 informações nessa nova ferramenta e em paralelo à isso selecionaram uma amostra de estudantes  
256 que ingressaram e que foram indeferidos ou que não conseguiram atendimento e também aplicaram  
257 na nova ferramenta para conseguir balizar se esses indicadores estavam refletindo um comparativo  
258 do que se tem hoje, se ele fazia uma maior ou menor exigência nessa classificação. Sra. Cristiane  
259 apresentou o resultado do comparativo e dos estudos feitos para a estruturação da proposta. Disse  
260 que dentro dessa nova metodologia estudantes que possuíam verba pouco acima do edital, quando  
261 associado a esses outros fatores de vulnerabilidade, considerando essa nova configuração de perfil,  
262 apresentariam situações de risco para atendimento, nesse caso, um estudante com R\$780,00 de  
263 renda per capita estaria acima do corte que foi executado em 2017, mas possuindo situações de  
264 doença, ou habitação precária, ou desemprego na família entraria no Programa. Pontuou que o  
265 estudante que tiver uma renda per capita maior que um salário mínimo e meio ele estará  
266 automaticamente fora do processo. Já em relação ao exercício feito de aplicar essa nova  
267 metodologia aos estudantes que são atendidos pelo programa, disse que esse tinha como objetivo  
268 ver se haveria impacto na continuidade do atendimento ou não desses estudantes que eram bolsistas,  
269 dentro de toda essa situação que foi apresentada, dessa nova perspectiva, e perceberam que na  
270 realidade se manteve muito próximo do que já faziam. Explicou que mesmo que o bolsista tenha os  
271 R\$724,00 de renda, os outros fatores quando não associados se é uma renda que está muito próximo  
272 ao corte e ele tem elementos que atenuariam essa condição apresentada, então de fato esse estudante  
273 poderia não apresentar esse perfil para atendimento. O discente William questionou em relação à  
274 renda a questão dos pontos que não serão considerados para comprovação de renda dentro do edital,  
275 mas que antes faziam parte da comprovação conforme exposto na normativa. E questionou se seria  
276 interessante ficar na minuta mesmo não estando no decreto. Sra. Cristiane disse que poderia ser  
277 colocado como sugestão, porque a minuta trazia o decreto, que também estaria replicado no edital  
278 SISU e no decreto do MEC, mas que no edital da UFSCar conseguiram avançar em não considerar  
279 essas rendas para cálculo. E questionou se a sugestão era trazer essa proposta que estava no edital  
280 para a minuta também. O discente William questionou como funcionaria essa pontuação dos  
281 indicadores. Sra. Cristiane explicou que os quatro indicadores estão presentes no edital como anexo  
282 no quadro de vulnerabilidade e dentro desses indicadores havia uma graduação que seria de maior a  
283 menor risco. Por exemplo uma pessoa que more em uma casa alugada pontuaria mais que uma  
284 pessoa que possui uma casa própria porque esse se encontra com menor vulnerabilidade. Dentro  
285 desse quadro os indicadores foram graduais. As pontuações ainda não aparecem devido ainda  
286 estarem em fase de teste, mas será público. Profa. Débora agradeceu a apresentação e o trabalho que  
287 as assistentes sociais tiveram. Disse que em uma leitura ampla, não ponderando itens, sentiu que  
288 estavam caminhando para uma exigência maior de documentos, que é importante por um lado já  
289 que é preciso justificar, mas pensando na condição de um aluno em estado de vulnerabilidade  
290 questionou se ele teria tempo hábil para conseguir toda a documentação exigida e se não poderia  
291 trazer uma questão de tentar aliviar isso dando um prazo maior. Questionou também se em caso de  
292 empate o que seria considerado para desempatar. E por fim questionou se os alunos que chegarem  
293 em uma condição pior seriam uma ameaça para os alunos que já possuem a bolsa em curso e que já  
294 passaram por todo o processo e qual seria o critério para a decisão disso e como um aluno que é  
295 acometido com uma situação de vulnerabilidade muito grande após sua chegada à Universidade  
296 conseguiria ter acesso ao Programa de Assistência Estudantil. Sra. Cristiane respondeu que em  
297 relação à documentação poucos documentos estariam diferentes do que já era pedido e que se  
298 pegasse a parte de comprovação de renda não houve mudança nenhuma e é essa a parte que  
299 fundamenta tanto o indicador de renda, quanto o indicador de status ocupacional. Em relação ao  
300 comprovante de residência esse já é um documento solicitado e já se contava que se fosse

301 comprovar residência e quisesse comprovar determinada condição (aluguel, casa própria,  
302 financiamento) que o comprovante de residência fosse adequado para esse tipo de comprovação, o  
303 que também não onera. Em relação ao indicador de agravante de saúde e/ou deficiência, antes era  
304 necessário comprovações fiscais e mais o laudo associando ao uso permanente, gastos contínuos,  
305 etc. Isso não era obrigatório, mas o estudante que comprovava tinha o abatimento que é a mesma  
306 coisa que irá acontecer com a nova metodologia. Disse ainda que em 2018 já teriam no ingresso do  
307 SISU os grupos de PCD que é a reserva de vagas para pessoas com deficiência, e então esse  
308 estudante que ingressar por um desses grupos já teria garantia desse indicador em relação à pessoa  
309 com deficiência e que não precisaria de uma nova comprovação porque o ingresso dele dependeria  
310 de uma banca de validação e o próprio resultado da banca já habilitaria esse indicador para ele.  
311 Finalizou dizendo que em relação à documentação não havia nenhuma exigência que considerassem  
312 significativa, talvez um cuidado maior em relação à moradia, trazendo ao invés de uma conta de  
313 água e de luz que esteja no nome do locatário, o comprovante do pagamento do aluguel. Em relação  
314 ao empate Sra. Cristiane disse que dentro da configuração do Programa consideravam o  
315 atendimento universal e que se todos os alunos que comprovassem estarem dentro do perfil para ser  
316 contemplado com as bolsas, todos seriam atendidos devido à não existência de uma fila de espera e  
317 de um número limitado de bolsa, mas se houvesse não seria a ferramenta da metodologia que  
318 indicaria isso, mas os editais que precisariam indicar quais os requisitos de desempate. Disse  
319 também que hoje pelo Programa o estudante que é bolsista perde a bolsa em determinadas  
320 condições e uma dessas é que o perfil socioeconômico seja mudado. Explicou que as bolsas como  
321 estavam estruturadas possuíam validade de um ano, e por isso todo ano o bolsista precisava  
322 manifestar interesse pela continuidade. Disse que os bolsistas que chegarem seriam avaliados  
323 através da nova metodologia com validade de dois anos e que achava que isso iria se estender aos  
324 estudantes que já eram atendidos, depois de passarem por uma nova leitura do mantimento da  
325 situação socioeconômica. O discente Leandro parabenizou a equipe de assistência social por aplicar  
326 a metodologia no banco de dados atual para saber se o cenário mudaria. Pontuou que antes não  
327 necessariamente os candidatos comprovavam a situação de habitação e de doença e/ou deficiência e  
328 que isso causa uma incerteza se quem no método antigo conseguia bolsa, no método atual consegue  
329 também. E se caso se ampliasse o atendimento, se isso ocorreria em grande quantidade ou não e se  
330 com isso existia um compromisso de a Universidade estar preparada e assumir esse risco. E sugeriu  
331 que fosse disponibilizado uma nova série de perguntas frequentes do que mudou em um portal de  
332 esclarecimento e dúvidas sobre essas novas documentações porque é muito importante isso para os  
333 novos estudantes e que a questão do prazo fosse vista com mais atenção. Sra. Cristiane esclareceu  
334 que a metodologia classifica e que o atendimento era um debate da comunidade e não técnico e que  
335 frente a uma redução dos atendimentos registrasse que querem a ampliação e que o CoACE é o  
336 espaço para o debate. Com relação a ferramenta técnica disse que não houve mudança significativa,  
337 mas que mesmo quando não havia essa leitura específica desses indicadores existia o momento da  
338 revisão e que, por exemplo, os estudantes que não conseguiram providenciar algum documento há  
339 tempo de realizar o processo de inscrição e que ficou sem a pontuação do indicador, poderia ir até a  
340 revisão e apresentar os documentos que estivessem faltando e com isso a pontuação mudaria. Disse  
341 que a intenção era publicar todas as informações, mas que só não haviam feito isso devido a não  
342 estar pronta ainda. Francly disse que considerava importante pontuar os limites. Prof. Leonardo disse  
343 que foi feito um planejamento para 2018 de quanto seria repassado a mais do que o PNAES para  
344 sustentar o Programa de Assistência Estudantil. Disse que historicamente trabalhavam com um  
345 crescimento entre 20% a 30% dos anos que antecederam. Sendo assim, no planejamento para 2018  
346 esperava um crescimento de 30% dos estudantes. Explicou que quem define o valor não é a  
347 ProACE, a definição de qual seria a verba repassada para o Programa de Assistência Estudantil  
348 seria passada pelo ConsUni. Disse que por ter constantemente contato com os estudantes e suas  
349 necessidades a ProACE possui talvez maior sensibilidade do que as outras Pró-Reitorias. Pontuou  
350 que só é possível pensar em uma ampliação de recursos ou de vagas se uma destinação maior de  
351 verba for para o Programa de Assistência Estudantil, o planejamento foi feito esperando um  
352 crescimento máximo de 30%, o que está assegurado pela Reitoria. Pontuou que quando for para o

353 ConsUni irá reforçar a necessidade de uma ampliação de verba para maior e melhor atender as  
354 necessidades do Programa de Assistência Estudantil. Francy disse que na realidade não estavam  
355 com a expectativa de ampliação do número de atendidos, mas diversificação de perfis para não ter  
356 um único indicador de corte e que o que estava se esperando era um crescimento de 30% e que era  
357 esse o planejamento orçamentário para o Programa e se chegasse mais do que o esperado eles não  
358 poderiam ser irresponsáveis para dizer que conseguiriam atender à todos por não terem o recurso  
359 assegurado. Profa. Ariadne Chloe parabenizou a equipe técnica responsável pela proposta por  
360 retirarem da definição de vulnerabilidade socioeconômica que é complexa algo mais objetivo.  
361 Questionou se o uso do termo classificação era ordinal ou binária. Sra. Cristiane disse que quando  
362 usou o termo classificação talvez não fosse pensando em elencar uma lista ordinal, mas a  
363 classificação dentro dos três níveis. Profa. Ariadne Chloe questionou se do ponto de vista dos  
364 estudantes eles iriam acessar uma lista para se localizar na mesma, como acontece com processos  
365 seletivos de bolsas dos departamentos. Sra. Cristiane disse que o estudante iria acessar uma lista de  
366 resultado e veria dentro desses três níveis onde ele se enquadraria e dentro desse nível ele poderia  
367 discordar e manifestar a necessidade de uma revisão, entregando nova documentação e podendo ser  
368 reclassificado dentro de um novo nível. Profa. Chloe questionou em relação à apresentação da Sra.  
369 Cristiane qual o motivo de 67 pessoas que poderiam ter bolsa atividade não terem esse benefício.  
370 Sra. Cristiane respondeu que o que considerasse é o valor per capita e que a bolsa atividade exige  
371 que o candidato tenha a renda de até R\$435,00 e que o fato de muitos não receberem o auxílio é  
372 devido a operacionalização da bolsa e não do perfil e que diferente das outras bolsas, ela possui um  
373 número de vagas por campus. Profa. Chloe questionou se dentro do Programa de bolsas CAPES a  
374 equipe técnica do departamento poderia realizar o trabalho. Sra. Francy disse que o uso dessa  
375 ferramenta é uma atribuição privativa e que legalmente pessoas que não exercem a função de  
376 assistente social não podem realizar um processo seletivo com o nome de avaliação  
377 socioeconômica. A discente Mayara questionou se a pessoa que fosse classificada como nível 3 não  
378 teria acesso a bolsa e o porquê desses níveis serem mediados da forma que foram apresentados e  
379 principalmente em relação à pessoa com deficiência. Questionou em relação ao indeferimento da  
380 bolsa o porquê que o resultado ocorre no primeiro dia de aula sem nenhum suporte da universidade  
381 para com aqueles que chegam sem onde ficar. Expôs que ficou bastante incomodada quanto a fala  
382 do Pró-Reitor de Administração devido ao fato do mesmo ter apresentado como valores pequenos  
383 gastos de duzentos mil reais, que se convertido para bolsas poderia ser ofertado cerca de 500 bolsas.  
384 Sra. Cristiane disse que a SAADE participou da elaboração da proposta junto a equipe de serviço  
385 social e que estavam dialogando para melhor se adequar ao ideal e reforçou que a calibração dentro  
386 do processo não significa que um indicador seja mais importante que o outro, mas que as quatro  
387 variáveis possuem uma interligação. Disse que em relação ao cronograma do Programa ele precisa  
388 estar conciliado às chamadas do SISU e que o calendário precisa atender até a última chamada. Em  
389 relação ao nível três disse que estava se questionando porque não se sabe quem é o grande número  
390 de pessoas que chegam e o que acontece é que existem algumas variações macroeconômicas e que  
391 refletem no processo. A proposta de avaliação e leitura vai expressar esse maior risco em relação a  
392 condição na Universidade, vai existir um nível onde as pessoas se encontram em alto risco e um  
393 nível onde as pessoas conseguiriam se organizar ainda que dentro desse um salário mínimo e meio  
394 per capita. Disse que o que precisam com a ferramenta é que com essas pessoas que ingressarem  
395 perceber quem tem maior risco de evasão da universidade por causa da condição socioeconômica.  
396 Sra. Francy questionou de onde a discente retirou a porcentagem de 50% de pessoas classificadas  
397 no nível 3. A discente Mayara disse que viu no edital que mais de cinquenta por cento dos pontos  
398 estariam no nível três. Sra. Cristiane pediu cuidado por se tratar de números que não eram livres  
399 porque esses números era apenas associações. Mayara questionou se havia entendido errado porque  
400 para ela a proposta era debater o edital para votar. E que no edital não estava o peso das  
401 ferramentas, então não teria como votar um edital que não está definido. Prof. Leonardo disse que  
402 em relação a conta que a discente havia feito do valor de duzentos mil reais informado pelo Pró-  
403 Reitor de Administração daria para beneficiar 32 alunos no ano e que de fato cada real é  
404 considerado muito importante para a assistência estudantil. Prof. Anton questionou como era feita a

405 classificação, de quais recursos a ProACE dispunha para a realização desse processo mais complexo  
406 no ano de 2018, se haveria a contratação de novas assistentes, sistemas tecnológicos. Sra. Cristiane  
407 disse que esse processo é feito por meio do manuseio de documentação manual e que foi utilizado o  
408 Excel para trabalhar no novo método e a classificação se dá através dos três níveis onde é feita uma  
409 leitura dentro de uma classificação de risco. Prof. Anton questionou se não havia nenhuma  
410 perspectiva para desenvolver um programa. Francy disse que estavam na fila da SIn. Sra. Sandra  
411 Navascues sugeriu que fossem usadas planilhas mais avançadas de Excel para o controle do  
412 Programa de Assistência Estudantil. O discente William questionou como seria para os 6 estudantes  
413 que passaram por análise dos casos dentro do CoACE em relação a essa nova proposta de análise e  
414 se os mesmos correriam o risco de perder os auxílios. Também questionou como a UFSCar está se  
415 colocando em relação ao requisito de primeira graduação para solicitar o auxílio e se não seria  
416 interessante se prevenir e colocar isso como indicador. Francy disse que no FONAPRACE  
417 sugeriram que fosse colocado um atenuante das situações indicantes ou agravantes de  
418 vulnerabilidade e a segunda graduação entraria como atenuante já que a pessoa já obteve uma  
419 oportunidade anterior de concluir uma graduação sem o excluir do processo pelo fato de ter segunda  
420 graduação. O discente William disse que atualmente a UFSCar excluiria o estudante que já tivesse  
421 uma graduação e que seria interessante mudar isso para que a mesma não ficasse em uma situação  
422 judicial delicada. William lembrou que no início de 2017 participou de uma comissão que avaliou  
423 o recurso de 21 estudantes e questionou qual foi o resultado dessa nova ferramenta com esse grupo  
424 de candidatos ou se não foi testado, finalizou questionando se a renovação a cada dois anos das  
425 bolsas tinha relação com o número de bolsistas para conseguir se organizar junto com o que já  
426 recebem o auxílio. Sra. Cristiane disse que a ferramenta não foi aplicada com o grupo específico de  
427 candidatos mencionados porque possuem um arquivo morto dessa documentação que ficou  
428 indeferida e como queriam uma amostragem mais ampla foram sorteadas algumas caixas sem  
429 critério, mas que acreditava que nenhum dos casos passaram por essa leitura e em relação a  
430 renovação disse que a vigência de bolsa é anual e que a validade da avaliação socioeconômica é o  
431 que estava sendo proposto para ser de dois anos. E pontuou que possuem uma quantidade limitada  
432 de técnicos para a realização de toda a avaliação e atendimento ao público. Respondeu também que  
433 no exercício que fizeram para tentar avaliar algumas situações que já surgiam dentro da avaliação  
434 socioeconômica para saber como as mesmas seriam avaliadas quando não houvesse apenas o  
435 indicativo de renda, mas que ninguém estava sendo desligado. E que os 6 casos que foram avaliados  
436 seguiram um critério e não perderão o auxílio até que seja comprovado que não atendam mais aos  
437 critérios estabelecidos. Cristiane concluiu dizendo que os bolsistas que já estavam sendo atendidos  
438 poderiam ter tido suas situações mudadas e que não é devido ao novo método que eles poderiam ser  
439 desligados e que se usassem unicamente o indicativo de renda per capita poderia acontecer um  
440 desligamento por uma reconfiguração da própria família. Sra. Francy disse que considerava  
441 importante pontuar que o exercício da bolsa é anual e a configuração de que a pessoa apresenta o  
442 perfil socioeconômica é do próprio Programa e é também um dado que é preciso prestar conta  
443 frente aos órgãos de controle, e que não é que estão retirando o direito da pessoa, mas o candidato  
444 que precisa comprovar que mantém o perfil. O discente William disse que a situação esta bem clara,  
445 mas que seu questionamento estava mais focado em quando essa ferramenta entrasse em ação se  
446 teriam alunos que eram bolsistas e que seriam desligados por não configurar perfil nesse novo  
447 método sendo que no antigo método ainda configurem e questionou como esses alunos seriam  
448 tratados e se teriam uma análise especial dentro do CoACE. E sugeriu que caso isso aconteça os  
449 casos sejam analisados dentro de uma comissão e os alunos tenham o direito de defesa e uma  
450 análise um pouco mais sensível. Sra. Cristiane questionou o que fazia o discente seguir na direção  
451 de que com essa nova ferramenta esses casos ficariam desabilitados e se usasse apenas o corte de  
452 renda per capita continuariam habilitados. O discente respondeu que estava apenas supondo que  
453 isso poderia ocorrer. O discente Matheus disse que concordava que a renda per capita não poderia  
454 ser o único indicativo para a análise socioeconômica e que a divisão dos indicadores ainda mostrava  
455 uma maior atenção à renda e questionou como seria a avaliação do indicativo de vulnerabilidade  
456 devido a doença e/ou deficiência. Sra. Cristiane disse que nessa nova proposta esse agravante de

457 vulnerabilidade é uma nova proposta de olhar em relação a pessoa que indicar doença e/ou  
458 deficiência e que não está atrelado apenas a questão de renda, mas em relação a uma organização  
459 social e a um impacto social. Sra. Francy disse que o impacto pessoal ou financeiro conseguiria ser  
460 analisado pela documentação que é entregue, por exemplo, se uma pessoa entregar uma nota fiscal,  
461 irão relacionar com a renda e se entregar um atestado médico a análise ocorrerá relacionada a  
462 condição da pessoa. Matheus questionou em relação ao indicador moradia. Sra. Francy explicou que  
463 existem os casos de casa alugada, própria ou cedida e que nesse último caso pode não haver custo,  
464 mas há a vulnerabilidade de a família não ter a moradia disponível a qualquer momento e que isso  
465 não era ligado a renda, mas a fragilidades na condição de vida. Sra. Cristiane disse que se  
466 comprovam só os gastos à saúde e servem só para abater no valor final, então é considerado um  
467 aspecto financeiro, mesma coisa com o aluguel, se é comprovado o aluguel e a comprovação é feita  
468 através de uma nota fiscal também implicaria no aspecto financeiro dentro da ferramenta, mas que  
469 quando a interpretação é feita em relação ao risco não se limita ao aspecto financeira e sim aos  
470 outros indicadores. Sra. Sandra Navascues disse que sabia que era inviável, mas que quando  
471 ocorresse o processo de avaliação o correto seria que as assistentes sociais ficassem isoladas apenas  
472 para esse trabalho. Sra. Francy disse que o que estavam tentando fazer para o ano de 2018 era que a  
473 equipe de Assistência Social não realizasse as avaliações do ingresso do SISU e que para a equipe  
474 técnica isso já era um ganho enorme já que realizavam as análises do SISU e as do Programa de  
475 Assistência Estudantil e que todo o esforço realizado para que isso aconteça é para que a recepção  
476 desses candidatos também não se torne um ponto excludente. Sra. Sandra expôs uma preocupação  
477 quanto ao aluno que chega sem a condição de vulnerabilidade relacionada a saúde e no processo de  
478 graduação adoce, e questionou como usariam a ferramenta de forma flexível para esses casos de  
479 adoecimento após a chegada à Universidade. Sra. Cristiane disse que é comum a mudança de  
480 situação durante o percurso na universidade e que entendiam que na condição de bolsista ele não  
481 precisaria passar por nenhum cronograma e que poderia se manifestar a qualquer tempo por  
482 qualquer necessidade, que isso estava no campo do acompanhamento e que para os não bolsistas  
483 ocorre o ingresso no Programa no período não regular, sendo possível que aquele que não  
484 participou do processo seletivo no período regular solicite uma análise de sua situação. Sra. Francy  
485 disse que se existe uma situação com sério motivo que se configure uma emergência depois que se  
486 encerrou o edital o aluno pode sim pedir uma análise fora do prazo. A discente Mayara disse que  
487 perto do dia 18 de junho houve um rompimento do seu laço familiar e que havia levado isso para as  
488 assistentes sociais por não atender os critérios de bolsa atividade, mas que não funcionou com ela e  
489 que por isso achava que não funcionaria com outros estudantes. Finalizando os informes Prof.  
490 Leonardo informou que estava sendo feito um novo contrato para o Restaurante Universitário, no  
491 qual estava previsto alimentação aos finais de semana incluindo o almoço e jantar do sábado e  
492 domingo e o café da manhã para todos os bolsistas no campus de São Carlos e que se iniciariam em  
493 março. Seguindo a Ordem do Dia - Ponto 2.1: Edital de Ingresso do PAE 2018, Prof. Leonardo  
494 disse que havia sido feito um exaustivo cálculo do orçamento da ProACE para 2018 juntamente  
495 com a Seção de Moradias e Departamento de Serviço Social, disse que foram feitas planilhas de  
496 Excel prevendo entrada de aproximadamente 400 alunos que é o que corresponde à um crescimento  
497 de 30% do Programa que é a meta da ProACE e abriu para colocações e dúvidas a respeito do edital  
498 para o Conselho. O discente William disse que recebeu dois arquivos e que não encontrou nenhuma  
499 alteração de um para o outro. Prof. Leonardo respondeu que deveria ter na apresentação dele uma  
500 pequena mudança que o departamento não tinha por lei o poder de alterar um edital e sim a Pró-  
501 Reitoria. O discente William atualizou o Conselho dizendo que o novo valor do salário mínimo era  
502 de R\$ 965,00 e pediu para que tomassem cuidado com os prazos em relação aos feriados. Profa.  
503 Débora disse que lembrava de uma discussão que tiveram em uma das reuniões passadas em relação  
504 a revisão de alguns casos que haviam colocado a preocupação de trazer os holerites em um  
505 momento muito próximo de férias e questionou como fariam isso se esses holerites vierem com o  
506 acréscimo de férias e 13°. Sra. Francy disse que esse ano como os processos estavam separados  
507 (ingresso do SISU e ingresso para o PAE) estava falando que são os 3 holerites que antecedem o  
508 processo de chamada e então isso vai variando. Disse que antes era padrão de recolherem os

509 documentos referentes aos três meses que antecederem o processo de seleção do SISU e que para o  
510 processo seletivo de 2018 recolheriam os documentos de acordo com o mês que o candidato fosse  
511 chamado. Sra. Cristiane Cinat disse que estava nos procedimentos da avaliação socioeconômica e  
512 que tanto da forma que foi trabalhado em 2017, quanto para 2018 existiam os 12 tópicos que se  
513 abatem os valores, não podendo considerar esses acréscimos na avaliação. Prof. Leonardo disse que  
514 isto constava no ponto “4.5.3 - Estão excluídos do cálculo os valores percebidos a título de: 1-  
515 Auxílio para alimentação e transporte; 2- Férias, diárias e reembolsos de despesas de trabalho; 3-  
516 Adiantamento de 13º salário ou gratificações natalinas; 4- Participação nos lucros da empresa; 5-  
517 Compensações. Profa. Débora disse que tinha dúvida também se são todas as pessoas que declaram  
518 o Imposto de Renda para entrega-lo. Sra. Francly respondeu que nesse caso o candidato pode  
519 entregar o comprovante de isenção. Profa. Débora disse que referente a moradia por ocupação  
520 estava pedindo uma auto declaração de um modelo anexo assinado por testemunhas e perguntou se  
521 qualquer pessoa poderia assinar. Sra. Cristiane disse que esse era um modelo que já seguiam e que  
522 era padrão. Profa. Débora disse que tinha o link do formulário e questionou se estava ativo. Sra.  
523 Francly disse que ainda não estava ativo. Prof. Leonardo ressaltou que os discentes estavam no  
524 momento suspensos de votarem nos conselhos, mas devido o CoACE ter a representação discente  
525 como algo muito importante se houvesse uma divergência nas posições durante a votação poderiam  
526 fazer um CoACE extraordinário no início de janeiro, e que se não houvesse uma divergência  
527 poderia seguir. A discente Mayara disse que estava insatisfeita com o edital pelo mesmo não  
528 contemplar as necessidades dos bolsistas e por não terem levado em consideração a voz dos alunos  
529 mesmo sendo eles os principais atingidos por esses processos e que acreditava que nem deveria  
530 estar acontecendo nenhum tipo de votação sem o voto dos mesmos e que o que fosse decidido na  
531 reunião iria entrar com recurso contra devido a não participação dos alunos na votação. Sra. Francly  
532 disse que poderiam deixar a votação para uma reunião extraordinária, mas com isso teriam um  
533 prazo menor de divulgação do edital já que costumavam divulgar bem no início do ano ou até  
534 mesmo no final do ano anterior à chamada e o edital já que eram documentos extensos e difíceis  
535 para ir atrás. Disse que compreendia, mas que teriam que escolher. Profa. Débora disse à discente  
536 que não tinha a representação discente por não terem a resposta da PF e a decisão no ConsUni em  
537 relação ao questionamento se esses estudantes estariam com o mandato prorrogado ou não enquanto  
538 não saísse o edital das eleições. Disse que ainda que tivesse a possibilidade só teriam a resposta da  
539 PF no dia seguinte e se ela dissesse que poderiam manter o mandato até o edital, eles teriam que  
540 retornar ao CoACE de qualquer maneira, mas se a PF dissesse que não poderiam manter o mandato  
541 só teriam o edital para março e ressaltou que tinha preocupação para com aqueles que fossem  
542 chegar, que estariam colocando em risco algo muito importante e que na pior das hipóteses  
543 poderiam realizar a votação e caso a representação discente fosse contra esses poderiam entrar com  
544 um recurso. Sra. Sandra disse que fez parte da comissão para a consulta da prorrogação ou não do  
545 mandato dos representantes discentes. Disse que a primeira coisa que fez foi ir atrás de informação  
546 e que na SOC recebeu de resposta que os representantes não poderiam votar por ter acabado o  
547 mandato e que partilhava da preocupação da Profa. Débora Burini. O discente William disse que o  
548 edital estava muito parecido com o dos anos anteriores e que por isso não tinha grandes  
549 preocupações com ele, mas que achava que se uma pessoa da sua categoria havia manifestado  
550 descontentamento em relação ao mesmo deveria ser aprovado para não haver prejuízo no futuro,  
551 mas que poderiam iniciar discussões sim para entender as necessidades da categoria e colocou que  
552 considerava um pouco falha dos alunos a falta de comunicação dentro da categoria. Prof. Anton  
553 questionou o discente se o mesmo se manifestava contrário ou favorável à aprovação do edital. O  
554 discente respondeu que se manifestava favorável à aprovação. Profa. Carla disse que considerava  
555 mais interessante garantir o edital e depois caso fosse necessário que se elaborasse um recurso para  
556 precaver os direitos de quem fosse chegar e para que essas pessoas não chegassem sem nada,  
557 reforçou que concordava com a Profa. Débora. Sra. Francly disse que entendia que era necessário ter  
558 uma garantia quanto ao edital, mas que se acontecesse recurso e impugnação após a decisão isso  
559 tornaria confuso para o ingressante e então propôs que esperassem pelo menos a posição da PF para  
560 depois não ter impugnação. Profa. Débora disse que se dessem continuação no mandato dos

561 discentes isso estaria resolvido, mas que não acreditava que isso iria acontecer. Prof. Leonardo disse  
562 que considerava grave não ter a participação dos discentes, mas que se houvesse uma manifestação  
563 contrária da representação discente que argumente a respeito poderiam fazer algo. Sra. Francy disse  
564 que houve a manifestação da discente Mayara e que por isso achava que não havia condição de  
565 levar para frente a votação. Sra. Cristiane Cinat questionou para quando estava previsto a primeira  
566 reunião de janeiro. Sra. Francy respondeu que estava prevista para vinte e três de janeiro. Prof.  
567 Anton disse que se não houvesse prorrogação e fossem atrás de novas eleições em janeiro também  
568 ficaria inviável. A discente Mayara disse que em teoria se vivia uma democracia e que não achava  
569 justo a culpa cair sobre ela por ter se manifestado contraria a decisão e que achava que isso havia  
570 sido falta de preparação quando se pensaram o edital. Profa. Debora disse que a situação toda se deu  
571 devido a impugnação e o cancelamento do edital de eleição de representantes discentes de todos  
572 conselhos e que não é culpa o edital ter atrasado e que o que tinha que ter acontecido eram as  
573 eleições, mas por haver impedimento legal no edital houve o cancelamento das mesmas e que o que  
574 poderia acontecer era ter a resposta se os representantes que antes estavam nos conselhos poderiam  
575 prorrogar seus mandatos, mas isso não era certo e que se jogassem para janeiro esse edital nada  
576 mudariam devido as eleições estarem previstas apenas para março. Ressaltou que não achava errado  
577 pontuar as necessidades dos estudantes e que deveriam levar a leitura do edital para os outros  
578 estudantes para eles também se colocarem diante disso, porém também haveria uma carga de  
579 estudantes que chegariam e os mesmos deveriam ser contemplados e respeitados diante das suas  
580 necessidades e que em uma prévia poderiam aprovar o edital com uma ressalva que o resultado  
581 estava condicionado à decisão do ConsUni. Sra. Francy questionou como seria esse  
582 condicionamento. Profa. Débora disse que se o procurador desse a prorrogação para esses  
583 estudantes a votação poderia ser transferida para janeiro, sendo que no ConsUni deveria haver uma  
584 solução. Sra. Francy questionou como ficara a situação do edital do PAE. Profa. Débora disse que  
585 do ponto de vista conceitual ficaria aprovado sob a condição do que fosse aprovado no Conselho  
586 Universitário. Sra. Francy questionou, pensando no pior cenário com a eleição ficando para março,  
587 como ficaria a situação do edital. Profa. Débora disse que se ficasse para março ela defenderia que  
588 dentro do ConsUni o próprio procurador deveria dar uma solução, porque muitos estudantes  
589 ficariam prejudicados se não houvesse o edital para as bolsas. Sra. Francy disse que entendia, mas  
590 na prática ficaria muito complicado. Prof. Anton disse que poderiam aprovar com um condicionante  
591 de que se não fosse aprovada a prorrogação a decisão seria revogada. Sra. Francy disse que preferia  
592 não aprovar se fosse para revogar. Prof. Anton disse que havia um condicionante que poderia fazer  
593 cumprir ou não. Sra. Francy disse que era muito complicado um conselho depender da resolução de  
594 outro conselho. Prof. Leonardo disse que o William no CoACE seria o único representante discente  
595 com direito a voto, caso estivesse prorrogado o período de mandato e o mesmo se posicionou  
596 favorável à aprovação. O discente Matheus questionou se o edital fosse aprovado teria como os  
597 alunos que não estivessem de acordo com o mesmo manifestar suas insatisfações e necessidades.  
598 Sra. Francy questionou se o discente concordava que eles iriam aprovar uma coisa que estava em  
599 suspensão. O discente Matheus disse que ao seu ver estavam apenas não querendo ter trabalho. Sra.  
600 Francy disse que na realidade tinham que ver se era legítimo ou não aprovar porque a partir do  
601 momento que se disponibiliza o edital ele se torna público para toda e qualquer pessoa. Prof. Anton  
602 disse que deveria deixar para o conselho definir o que vão assumir de risco. Prof. Leonardo disse  
603 que o maior risco era não ter as bolsas para o ano de 2018. Sra. Francy disse que o problema era  
604 bancar sabendo que a regra poderia mudar no meio do caminho. Prof. Anton disse que não iriam  
605 mudar a regra, mas a mesma poderia ser impugnada e que esse era o maior risco e que entre  
606 futuramente ser impugnada ou decidida preferia decidir algo durante aquela reunião. Sra. Sandra  
607 disse que acreditava ser interessante conversar com o Procurador, Dr. Marcelo no ConsUni, que  
608 estava acima. Prof. Anton disse que mesmo que fosse decidido no ConsUni teria que realizar uma  
609 extraordinária para a tomada de decisão. Sra. Sandra disse que deveriam conversar sobre a  
610 prorrogação, mas que deveriam deixar decidido para não dar brecha. Sra. Francy sugeriu que fosse  
611 feita uma reunião extraordinária na semana seguinte porque assim sairia da discussão do ConsUni e  
612 já teriam uma posição. Prof. Leonardo disse que não seria possível devido a falta de vaga no

613 anfiteatro e que considerava melhor fazer a aprovação condicionada. Profa. Débora disse que  
614 deveriam fazer um esforço no ConsUni para estabelecer qual o norte que poderiam dar devido aos  
615 conselhos dependerem daquilo. Disse que o que tinha decidido no último ConsUni era que  
616 garantiriam a voz aos estudantes e que o único representante discente que antes representava a  
617 categoria estava de acordo com o edital, sendo assim, entendia que essa diferença que estava vindo  
618 por parte dos estudantes era para ser decidido entre eles. Sra. Sandra disse que não podiam levar em  
619 consideração o voto favorável do William, mas se aprovasse dentro do limite que não era culpa do  
620 CoACE e que deveria ter clareza que se alguém impugnasse o peso político não seria do CoACE,  
621 mas os estudantes deveriam conversar dentro da própria categoria os ajustes e etc. E que achava que  
622 o edital deveria ser aprovado. Sra. Francly sugeriu que votassem a aprovação do edital e definissem  
623 um prazo para impugnação até 10/01. Sra. Cristiane disse que caso o edital voltasse para discussão  
624 no dia 23/01 o calendário que constava na minuta seria readequado e que fosse uma construção feita  
625 com todos, mas que provavelmente os prazos não conseguiriam ser cumpridos. Prof. Leonardo  
626 colocou em votação a aprovação do edital com prazo até 10 de janeiro para impugnação. O edital  
627 foi aprovado por unanimidade. Profa. Carla disse que na última reunião havia recebido a nomeação  
628 para participar da comissão de implementação de combate ao incêndio nas moradias estudantis, mas  
629 tendo em vista seu afastamento para pós-doutorado no exterior solicitou sua substituição por e-mail.  
630 Profa. Carla também agradeceu e elogiou o conselho. O discente William colocou que o fato de o  
631 funcionamento da SIn não ser mais vinte quatro horas estava dificultando bastante a vida dos  
632 estudantes. Sra. Francly propôs que o discente oficializasse sua manifestação e a encaminhasse para  
633 a secretaria e assim eles encaminhariam para a reitoria que é a responsável pela SIn. Assim, a  
634 reunião foi encerrada com os agradecimentos do presidente e dos membros. Eu, LUANA  
635 DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a presente ata, que, se aprovada, será  
636 assinada pelos membros presentes.

637 Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente) \_\_\_\_\_

638 Sr<sup>a</sup>. Francly Mary Alves Back (Pró-Reitora Adjunta) \_\_\_\_\_